

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às nove horas, no auditório da CAPPs, reuniram-se em reunião extraordinária, os membros do Conselho Fiscal desta autarquia e funcionários da mesma para tratarem de assuntos referentes à isonomia salarial. Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Conselheiros: Sr. Heleno Rangel (Presidente do Conselho), Sr. João Antonio Serri (Secretário de Fazenda), Sr. Osvaldo Nunes de Souza Filho (Secretário Municipal de Administração), Sr. Nilson Guarani de Souza Silva, Sr. Ednilson Pereira Bernardo, Sra. Silvia Maria Ferreira Rosa, Sra. Reni Moura de S. Andrade. Também estiveram presentes: Sr. José Francisco Sentineli (Tesoureiro da CAPPs) e os funcionários desta autarquia: Sr. Patrick Oliveira Costa, Sr. Renato Caveari Pimenta, Sra. Aline Reis Amim, Sra. Eveline Reis Amim, Sra. Sonia Maria Barbosa Raimundo, Sra. Maria Bernadete de Figueiredo Tostes, Sra. Elisângela Rocha Castelhana, Sr. André Carvalho Poeys, Sr. Jorge Luis de Oliveira Daibes, Sr. Hanry El Koury (Assessor Jurídico da CAPPs). Para falar em nome dos funcionários e apresentar justificativas de suas reivindicações através de documentos e outros meios, foi Sr. Jorge Luis de Oliveira Daibes. Ao dar início à reunião, o Presidente do Conselho pediu ao Conselheiro Nilson Guarani para secretariar a mesma, acrescentando que já tinha conhecimento dos fatos a serem discutidos nesta reunião e que embora sua opinião pessoal não viria a influenciar na posição dos Conselheiros em relação aos fatos, mas, que o momento oferecia oportunidade de defender sua tese. O Presidente do Conselho deu como exemplo as grandes empresas que na época atual aplicam uma política de igualdade e valoriza o trabalho em equipe, desconsiderando muitas das vezes curriculum, preferindo admitir novos funcionários, através de indicação por funcionário da própria empresa para que seja garantida a harmonia interna. Acrescentando ainda que o mesmo tem espírito socialista e que vê o homem sempre em primeiro plano. A seguir o Presidente do Conselho passa a palavra ao Tesoureiro da CAPPs, Sr. José Francisco Sentineli, que justifica a ausência do Presidente desta autarquia, Sr. Arnaldo, pelo fato de seu irmão encontrar-se internado no Hospital São José do Avaí e não o está representando nesta reunião, então o mesmo pede ao auditor Jorge Daibes para que explicasse aos presentes o motivo da reunião, uma vez que ele está representando aos demais funcionários, buscando solução em relação à isonomia salarial. Jorge Daibes, por sua vez, agradece a presença de todos e explica que a isonomia é interesse de todos os funcionários presentes, inclusive da CAPPs, da sociedade e do próprio Conselho Fiscal. Fala sobre o que motivou foram os atos contrários da atual gestão e o tratamento diferenciado em relação à tramitação de processos de isonomia, explica aos presentes como funciona o mecanismo de isonomia apresentando leis e esclarece como e o porquê a mesma é assegurada ao servidor. Continuando, relata que diversos planos de cargos

Souza

João Antonio Serri

Osvaldo

Patrick Oliveira Costa

Renato Caveari Pimenta

Sra. Moura e Souza

de níveis elementares tem o mesmo padrão no início da carreira, os de nível auxiliar níveis iguais, os de nível técnico nível iguais e por sua vez os cargos de nível superior começam no mesmo padrão o que, na sua opinião, infere isonomia entre classes por níveis de escolaridade. Cita que o servidor Nilson Guarani entrou no mesmo concurso que ele e dois anos depois, entretanto por isonomia ele, o Nilson, mesmo sendo um técnico está ganhando mais do que ele e todos os servidores de nível superior da CAPPs e isso é inadmissível. O Auditor fala que está na Prefeitura desde dois mil e um e que passaram por ele mais de seis mil processos e que muitos ainda estão lá sem decisão. Fala que tem notificado constantemente os gestores sobre os problemas da CAPPs, reclama dos tratamentos diferenciados em relação aos processos, acrescentando ainda que os processos não deveriam passar pela Prefeitura, pois a CAPPs tem autonomia administrativa. O Tesoureiro da CAPPs, José Francisco explica que o erro no processo dos servidores da CAPPs foi o fato de o mesmo ter ido para o Corregedor ao invés de ter ido para o Procurador. Fala ainda que a folha é paga pela Prefeitura e precisa do aval do Prefeito para pagar as indenizações, explicando que há um limite de dois por cento (2%) e se ultrapassar esse valor eles podem ser penalizados. Já o Assessor Jurídico Henry fala que passou toda essa indignação e inclusive reclamou do Presidente e que pediu sua isonomia com o Assessor Jurídico da Câmara e que seu processo demorou um ano e o procedimento foi o mesmo. Diz ainda que foi favorável em todos os processos. Afirmando que tanto o processo do Nilson quanto o dele tiveram o mesmo tratamento. A seguir, a servidora Eveline questiona porque o processo do Assessor Henry mesmo dando entrada juntamente ao da Raquel somente o dele foi deferido. Usando da palavra o Auditor Jorge Daibes fala que o processo do Nilson foi decidido primeiro pelo José Francisco e só depois então ser ratificado pelo Prefeito, então o mesmo questiona o porquê do tratamento diferenciado. Continuando fala que todos os processos, por lei, tem direito à revisão e pede ao Conselho que a promova. Neste caso, solicita ao Conselho para se pronunciar com o pedido de revisão. O Assessor Jurídico Henry diz que a CAPPs é ré e a Prefeitura é ré no que tange aos processos de isonomia, acrescentando que quem vai arcar com ônus desse repasse é a Prefeitura e a CAPPs para os processos judiciais se chegarem a um consenso tem necessidade de haver chancela da CAPPs e da Prefeitura. A servidora Aline se pronunciou questionando como foi dividido o montante, os pagamentos dos que tiveram direitos e questiona qual foi o problema financeiro já que para alguns foi pago integralmente. O servidor Renato se manifestou afirmando que deveria ser pago e ter os processos deferidos todos e não somente do servidor Nilson, Henry e do Presidente e Tesoureiro da CAPPs. O Assessor Henry diz que a reunião não deveria acontecer sem a presença do Presidente e que o mesmo não estava ali para

[Handwritten notes and signatures on the left margin]
pro. Sousa.
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

[Handwritten signatures and notes at the bottom]
Patricia Ulisses
[Signature]
[Signature]
[Signature]

se defender. O Auditor Jorge Daibes esclarece que vem notificando diversas vezes o Presidente acerca das irregularidades processuais. O Presidente do Conselho, Sr. Heleno Rangel diz que o Conselho Fiscal esta solidário com as questões apontadas e acredita que nenhum Conselheiro esteja desfavorável à causa. Usando da palavra o Assessor Jurídico Harry esclarece que nos processos existe necessidade da anuência do Prefeito, já que o Auditor esclarece que não entende haver necessidade do processo transitar pela Prefeitura. A servidora Aline reclama dos atos e da forma como estão acontecendo, pois, para alguns o rito foi diferenciado e não foi preciso da anuência do Prefeito para que tivesse seus direitos integralmente recebidos. O servidor Renato diz que o processo que corre em juízo não foi oficialmente notificado à CAPPs e questiona como o Assessor Jurídico teve acesso antecipado às informações da distribuição do processo. A Conselheira Silvia pergunta qual será a posição do Conselho depois da discussão e o Auditor Jorge Daibes diz que sem dúvida o Conselho tem por atributo a prerrogativa de opinar nos processos e que serão todos juntados e peticionados ao Conselho para revisão. Continuando, o Auditor pergunta ao Tesoureiro José Francisco porque o mesmo não levou ao conhecimento dos demais a iniciativa de reivindicar por direito à isonomia, deixando que os mesmos ficassem alheios a esta oportunidade. Então o Tesoureiro respondeu com a seguinte pergunta: "porque eu iria falar"? Irritada, a servidora Aline, em tom de desabafo, diz que isto é safadeza. Neste momento, o Assessor Jurídico Harry levanta e diz que não admite tal afronta, pois se foi safadeza, o mesmo está sendo tachado de safado, deixando a reunião em protesto. A seguir, o Conselheiro João Serri afirma que se o Município tiver que pagar será feito esforço para isto, mas, no momento é quase impossível pelo fato da Prefeitura estar pagando dívidas da administração anterior. Não tendo mais nada a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu aos presentes dando assim como encerrada a reunião e eu, Nilson Guarani, assino a presente ata juntamente com o Presidente do Conselho e os demais presentes nesta reunião.

Harry
Jorge Daibes
José Francisco
João Serri
Nilson Guarani
Aline
Silvia

~~João Serri~~
Pâmela Oliveira
Aline
Harry
Jorge Daibes
José Francisco
João Serri
Nilson Guarani